REFLEXÕES SOBRE AS POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO PSICOPEDAGOGO INSTITUCIONAL E O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

Ana Luiza Barcelos Ribeiro (UNESA e FAMESC)
analuizabarcelos32@yahoo.com.br
Bianka Pires André (UENF)
biankapires@gmail.com

RESUMO

Esse trabalho apresenta uma revisão de literatura assistemática, com diversos autores que estudam sobre a psicopedagogia, dentre elas a psicopedagogia institucional, assim como a inclusão escolar. Numa tentativa de compreender os processos que envolvem a inclusão dos alunos com deficiência e a atuação do psicopedagogo institucional neste contexto educacional, inicia-se com a contextualização histórica e conceituação da psicopedagogia, a contextualização conceitual da inclusão e os aspectos legais que a legitimam, e as contribuições da psicopedagogia para o processo inclusivo. Observa-se que a atuação do psicopedagogo no processo inclusivo assim como a própria é um campo em construção, partindo da difusão de propostas inclusivas no cenário educacional nacional. Sendo assim foram utilizados alguns autores importantes para a área, assim como artigos mais recentes que se posicionam quanto à atuação do psicopedagogo institucional e sua intervenção na área da inclusão escolar. O psicopedagogo institucional tem importante papel na efetivação da inclusão escolar, colaborando com toda a equipe pedagógica em prol do processo de ensino aprendizagem e do envolvimento de todos.

Palavras-chave:
Educação, Inclusão escolar. Psicopedagogia institucional.

1. Introdução

Este trabalho foi elaborado numa tentativa de compreender os processos que englobam a atuação do psicopedagogo numa perspectiva inclusiva, partindo de uma revisão bibliográfica, com base em teóricos e estudiosos das áreas de inclusão escolar e de psicopedagogia. Ressaltamos que a escola possui o compromisso de fornecer um ensinamento baseado em qualidade e equidade e a inclusão deste aluno deve ser observada, proporcionando-lhe acolhimento, respeito, saúde no padrão físico, psíquico e emocional.

> Não é possível respeito aos educandos, à sua dignidade, a seu ser formando-se, à sua identidade fazendo-se, se não se levam em consideração as condições em que eles vêm existindo, se não se reconhece a importância dos conhecimentos e de experiências feitos em que chegam à escola. (FREIRE, 2011, p. 62)

Para que haja essa inclusão o educador deve estar respaldado por um embasamento teórico e prático oferecido ao mesmo pela instituição.

A falta do conhecimento sobre a inclusão escolar, sobre como atuar com estes alunos e outros problemas, acabam dificultando este processo inclusivo. Pode trazer prejuízos ao educando, quando ele é visto de forma estigmatizada pela instituição, por outros alunos e pelos próprios professores do sistema de ensino regular. Fatores intra e extraescolares influenciam consideravelmente na aprendizagem que se concretiza nos âmbitos cognitivos e afetivos.

A psicopedagogia ameniza sofrimentos interligados ao processo da problematização do aprendizado. Atuando no processo inclusivo em parceria com a família, com os professores e todos os profissionais da comunidade escolar.

Este trabalho partiu de uma contextualização histórica e conceitual da psicopedagogia, deixando evidenciada a função do psicopedagogo clínico e institucional. Contextualizou-se e conceituou-se ainda a inclusão escolar, levando em consideração os aspectos legais como a Declaração de Salamanca, a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 e a Lei Brasileira de Inclusão, ainda diferenciou-se a integração de inclusão. Evidenciou-se ainda as contribuições da psicopedagogia para o processo inclusivo levando os professores e comunidade escolar a uma reflexão sobre a prática e a considerar as potencialidades dos alunos com deficiência.

1. Contextualização histórica e conceituação da psicopedagogia

A psicopedagogia teve seu surgimento na Europa no século XX, através da necessidade de se pensar sobre o processo de aprendizagem humana e principalmente sobre o fracasso escolar. Esses ideais chegam a América do Sul pela Argentina onde ganhou força e se difundiu, chegando ao Brasil na década de 1970.

Bossa (2007, p. 19) relata que “a psicopedagogia enquanto produção de um conhecimento científico nasceu da necessidade de uma melhor compreensão do processo de aprendizagem, não basta como aplicação da psicologia à pedagogia”.

Para Visca (1987),

> A psicopedagogia nasceu como uma ocupação empírica pela necessidade de atender as crianças com dificuldades na aprendizagem,

> cujas causas eram estudadas pela medicina e psicologia. Com o decorrer do tempo, o que inicialmente foi uma ação subsidiária destas disciplinas, perfilou-se como um conhecimento independente e complementar, possuidor de um objeto de estudo (o processo de aprendizagem) e de recursos diagnósticos, corretores e preventivos próprios. (VISCA, 1987, p. 33)

O autor argentino relata a psicopedagogia enquanto uma profissão independente, com conteúdos que são complementares e independentes da psicologia e da pedagogia.

Corroborando com este pensando, Grassi (2009) afirma:

> A psicopedagogia nasceu para atender à demanda da não aprendizagem, das dificuldades de aprendizagem e do fracasso escolar, fundamentando-se no conhecimento de várias ciências e áreas do conhecimento. Organizou-se como prática exercida por profissionais de diferentes áreas até o surgimento de cursos específicos. A junção de demanda, fundamentação teórica e prática originou essa nova área de conhecimento e essa nova profissão, inaugurando a área de atuação específica. (GRASSI, 2009, p. 96)

Segundo Rubinstein (2003, p. 231) a psicopedagogia nasceu de uma falta e é esta falta que mobiliza no sentido de buscar as possíveis alternativas para compreender o sujeito da aprendizagem nos diferentes contextos socioculturais.

De acordo com Bossa (2007), a psicopedagogia, enquanto área implica o exercício de uma profissão, ou seja, uma forma específica de atuação. Surge como compromisso de contribuir para a compreensão do processo de aprendizagem e identificação dos fatores facilitadores e comprometedores do processo. A grande necessidade de uma ação efetiva fica evidenciada no interesse que tem havido pela psicopedagogia no país.

O Código de Ética da Psicopedagogia (2011), em seu artigo 1º, estabelece que:

> A psicopedagogia é um campo de atuação da Educação e Saúde que se ocupa do processo de aprendizagem, considerando o sujeito a família, a escola, a sociedade e o contexto sócio-histórico, utilizando procedimentos próprios, fundamentados em diferentes referenciais teóricos. (CEP, 2011)

Ele apresenta, no capítulo II no Art. 5º, a formação do psicopedagogo da seguinte forma: “se dá em curso de graduação e/ou em curso de pós-graduação – especialização “lato sensu” em psicopedagogia, ministrados em estabelecimentos de ensino devidamente reconhecidos e autorizados por órgãos competentes, de acordo com a legislação em vigor”. E ainda,

no art. 10, “o psicopedagogo deve desenvolver e manter boas relações com os componentes de diferentes categorias profissionais, observando para esse fim trabalhar nos estritos limites das atividades que lhe são reservadas e reconhecer os casos pertencentes aos demais campos de especialização, encaminhando-os a profissionais habilitados e qualificados para o atendimento”.

Para a Bossa (2000), a psicopedagogia institucional acontece nas escolas e tem por objetivo prevenir as dificuldades de aprendizagem e, consequentemente, o fracasso escolar. Atualmente, em função do novo contexto educacional do ensino regular que recebe as crianças com necessidades educacionais especiais, a Psicopedagogia tem papel importante auxiliando os professores, os pais e a equipe escolar no trabalho com a inclusão, pois entendemos que somente conceder a vaga à criança com necessidades especiais não é suficiente.

O trabalho do psicopedagogo institucional tem um caráter preventivo e ele deve contemplar a instituição escolar como um todo. Nesse sentido, Bossa (1999) salienta que o psicopedagogo deve: auxiliar o professor e demais profissionais nas questões pedagógicas e psicopedagógicas; orientar os pais; colaborar com a gestão para que haja um bom entrosamento entre todos os integrantes da instituição e, principalmente, ajudar o aluno que esteja sofrendo, qualquer que seja a causa.

Reforçando essas considerações, Scoz (1994) alega que a psicopedagogia deixa de ter um caráter clínico, focado em problemas da aprendizagem para ter um caráter multidisciplinar que leva em conta a pluralidade de fatores que intervém no processo de aprendizagem, sem perder a importância do fator social. Além disso, a psicopedagogia começou a dominar não só problemas de aprendizagem e suas origens, como aprofundou conhecimentos que possibilitam uma contribuição efetiva relacionada aos problemas de aprendizagem e também na melhoria do ensino oferecido nas escolas.

Como foi visto, o psicopedagogo atua dentro ou fora do ambiente escolar de forma preventiva, conforme os ensinamentos de Lomonico (1992, p. 19), destaca-se:

Preventivamente, ele atua juntos aos professores, pais, e técnicos, de vários modos:

• Proporcionando condições para análise e reflexão sobre o papel da escola;

• Proporcionando condições para que as situações de ensinos sejam percebidas e organizadas, de acordo com o desenvolvimento dos alunos, mediante conhecimento e reflexão sobre habilidades e princípios que são pré-requisitos para as aprendizagens;

• Auxiliando toda equipe escolar na determinação, escolha e elaboração dos objetivos educacionais, das estratégicas de ensino e dos instrumentos de avaliação;

• Proporcionar condições para a ação e reflexão sobre os erros metodológicos dos professores e erros dos alunos, a fim de encontrar soluções mais accessíveis para os mesmos.

Desse modo, o psicopedagogo atua na prevenção dos problemas de aprendizagem visando obter a solução, tendo como enfoque o aprendiz ou a instituição de ensino público ou particular.

2. Contextualização conceitual da Inclusão escolar

O processo de inclusão escolar de alunos deficiência passou a ser pensado a partir da década de 90, no Brasil, a partir da legislação nacional e internacional que a legitima. Sendo considerados alunos com deficência para fins da educação especial, aqueles que possuem deficiência física, mental ou sensorial, assim como aqueles com transtornos globais do desenvolvimento e aqueles com altas habilidades/ surperdotação.

A educação especial que se configurava como um sistema de ensino paralelo, com papel destinado ao atendimento direto aos educandos com deficiência, passa a atuar, agora, como suporte à escola regular no recebimento deste alunado (SASSAKI, 1997), demonstrando assim uma mudança significativa no papel da educação.

Nesse sentido, compreende-se educação especial, como uma modalidade da educação escolar, conforme especificado na LDB e no Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, Artigo 24, § 1º: entende-se um processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar

e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação (MAZZOTTA, 1998).

A educação especial é algo mais direcionado para um público especifico, pessoas com deficiência, enquanto que, a educação inclusiva é caracterizada pela inclusão de todas as pessoas. Stainback e Stainback (1999, p. 21) afirmam que o ensino inclusivo pode ser definido como "a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural – em escolas e salas de aula provedoras onde as necessidades desses alunos estejam satisfeitas".

O termo educação inclusiva, foi cunhado inicialmente pela Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994, p. 3) na literatura educacional, assumindo o conceito de "escola para todos", relacionado ao conjunto de alunos marginalizados pela escola, considerados todos como "estudantes com necessidades especiais".

> O princípio que orienta esta estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajosos ou marginalizados.

Corroborando com os ideais dispostos na Declaração de Salamanca, Prieto (2006) disserta que a educação inclusiva:

> [...] se constitui pelo apreço à diversidade como condição a ser valorizada, pois é benéfica à escolarização de todas as pessoas, pelo respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem e pela proposição de outras práticas pedagógicas, o que exige ruptura com o instituído na sociedade e, consequentemente, nos sistemas de ensino. (PRIETO, 2006, p. 8)

A Educação Inclusiva envolve em quebra de paradigma na busca de uma educação transformadora em prol de todos, em que os alunos com desempenhos diferentes alcançarão o mesmo objetivo na sala de aula, que é a aprendizagem. Segundo Sassaki (1998),

> Educação inclusiva é o processo que ocorre em escolas de qualquer nível preparadas para propiciar um ensino de qualidade a todos os alunos independentemente de seus atributos pessoais, inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades comuns ou especiais. A inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada

> para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade. Na inclusão, as pessoas com deficiência estudam na escola que frequentariam se não fossem deficientes. (SASSAKI, 1998, p. 8)

Sobre a inclusão escolar, Mantoan (2011, p. 37) aponta que a educação inclusiva "implica uma mudança de paradigma educacional, que gera uma reorganização das práticas escolares: planejamentos, formação de turmas, currículo, avaliação, gestão do processo educativo". A inclusão vai além da matrícula de um aluno com deficiência na rede regular de ensino, é uma mudança de pensamento, de atitudes que envolvem todas as pessoas que estão inseridas no contexto educacional.

> A inclusão escolar leva em consideração a pluralidade das culturas, a complexidade das redes de interação humanas. Ela não está limitada à inserção de alunos com deficiência nas redes regulares de ensino, pois beneficia todos os alunos, com e sem deficiência, que são excluídos das escolas comuns, e denuncia o caráter igualmente excludente do ensino tradicional ministrado nas salas de aulas do ensino regular. (MACHADO, 2011, p. 69)

A integração escolar favoreceu a retirada das crianças e dos jovens com deficiência das instituições de ensino especial, permitindo-lhes utilizar das escolas como um novo espaço e novos parceiros de convívio, de socialização e de aprendizagem. Sanches e Teodoro (2006) afirmam que:

> As práticas pedagógicas foram também transportadas das instituições de ensino especial para a escola regular, numa vertente mais educativa, configuradas num programa educativo individual, de acordo com as características do aluno, desenhado e desenvolvido, essencialmente, pelo professor de educação especial. (SANCHES; TEODORO. 2006, p. 66)

De acordo com Plaisance (2005) a utilização do termo "integração" se refere apenas a medidas técnicas e administrativas que foram utilizadas para permitir que os alunos deficientes frequentassem a escola regular. Assim a escola não teria responsabilidade pelo processo de aprendizagem, apenas os alunos se adaptariam a escola.

> A integração tinha e tem o mérito de inserir o portador de deficiência na sociedade, sim, mas desde que ele esteja de alguma forma capacitado a superar as barreiras físicas, programáticas e atitudinais nelas existentes. Sob a ótica dos dias de hoje, a integração constitui um esforço unilateral tão somente da pessoa com deficiência e seus aliados. (SASSAKI, 2004, p. 34)

Ainda de acordo com Plaisance (2005) no processo de inclusão escolar as crianças tem o direito de matrícula e de frequência na escola,

independente de terem deficiência, sendo necessária uma mudança tanto estrutural quanto cultural, visto que neste contexto a escola deve estar preparada para receber e se adequar a todos os alunos.

Para Carvalho (2004),

> A igualdade diz respeito aos direitos humanos e não às características das pessoas, como seres que sentem, pensam e apresentam necessidades diferenciadas e que, por direito de cidadania, devem ser compreendidas, valorizadas e atendidas segundo suas exigências biopsicossociais individuais. Em decorrência, fazem jus à equiparação de oportunidades de acesso, ingresso e permanência com êxito na escola, buscando-se ultrapassar seus limites, até porque desconhecemos a extensão da potencialidade humana. (CARVALHO, 2004, p. 18)

A autora discorre sobre a equidade, o reconhecimento da diversidade em um espaço democrático, com garantia de oportunidades, com êxito na aprendizagem e na participação através das diferentes modalidades de atendimento educacional.

3. As contribuições da psicopedagogia para o processo inclusivo

Ao considerar a história e a prática da psicopedagogia institucional, percebemos que o processo inclusivo se faz presente nesse contexto, pode-se afirmar que a contribuição do psicopedagogo para a inclusão do aluno no processo educacional e social seria, pois, de acordo com Masini (1999, p. 25-26):

• oferecer condições à participação no meio social em que se vive;

• partir do que o aluno dispõe e atender às suas necessidades para aprender pensando elaborando e decidindo;

Avaliar possibilidades e dificuldades do aprendiz:

• o que compreende e o que não compreende;

• habilidades e operações nas áreas de conhecimento;

• recursos que propiciam organização e elaboração do ensinado;

• recursos para desenvolver habilidades e operações;

Fundamentar e ilustrar a importância de:

• atender as necessidades e ensinar a partir do que o aluno conhece e tem possibilidades;

• oferecer condições para o aluno elaborar e decidir;

• avaliar continuamente, propiciando ao aluno oportunidades de refazer atividades e compreender o que e onde errou.

Opor-se a:

• pseudo-escolarização;

• ausência de avaliação, que elimina o elaborar, o aprender, o pensar;

• promoção automática, que desrespeita o ser humano e desacredita em seu potencial.

É imprescindível repensar e reestruturar o sistema educacional convencional para se diminuir os obstáculos que impeçam o acesso ao conhecimento por parte de todos os alunos, tornando o sistema educacional mais justo, coerente, eficaz e equânime. Essa concepção do desempenho escolar e dos planejamentos didáticos, no que se trata de inclusão, revoluciona o que, tradicionalmente, se pratica nas escolas ainda hoje.

O psicopedagogo, considerando o contexto inclusivo tem que propor aos profissionais da educação o redimensionamento da concepção curricular educacional, modificando o currículo para que seja funcional e estimule a autonomia da criança e lhe dê possibilidades de independência para que sua inclusão aconteça.

> Refletir sobre a importância do trabalho do psicopedagogo no ambiente escolar inclusivo é imprescindível, devido à necessidade do mesmo conduzir à criança com necessidades educacionais especiais a uma formação sócio interacionista entre o aprender e o compreender, isto é, possibilitá-la a um entendimento em vista daquilo que está sendo mais relevante naquele momento para ela, seja tal representado por meio de valores, sonhos ou fantasias, levando em consideração a comunidade que faz parte do convívio social deste ser. (ALMEIDA JÚNIOR, 2012, p. 4-5)

A prática do psicopedagogo institucional voltada para a perspectiva inclusiva, implica a utilização de metodologias e procedimentos didáticos diferenciados que a viabilizem, utilizando-se ainda de atendimentos multidisciplinares.

O psicopedagogo institucional realizará seu trabalho junto à equipe multidisciplinar, onde ocorrerão intervenções voltadas para os alunos com deficiência , objetivando mudanças em seu contexto familiar e escolar, levando em consideração a criança como um ser sócio,

histórico e cultural, onde a mesma será assistida observando-se os espaços e condições favoráveis para desenvolver suas estruturas cognitivas, afetivas, sociais, pedagógicas e corporais.

> O psicopedagogo institucional, junto aos professores, poderá ajudá-los a perceberem-se como "aprendizes" e a rever seus modelos de ensinante e de aprendente para que possam desempenhar adequadamente seu papel diante desta nova realidade que demanda o abandono de práticas padronizadas e a negação da homogeneidade. A fim de promover a autonomia da instituição e as competências de seus membros, institui o trabalho coletivo e visa à geração de processos de construção de conhecimento em todos os membros da equipe escolar, valorizando a posição ativa diante do conhecimento e possibilitando que cada participante contribua com seus conhecimentos, vivências e pontos de vista. (MARTINS, 2011, p. 2059)

A prática inclusiva, ainda em construção, requer uma formação inicial ou continuada por parte dos docentes que muitos ainda não possuem, ao lidar com o novo, com o diferente, visto que os alunos público alvo da educação especial antes eram atendidos por instituições especializadas. Este trabalho é novo. Muitos professores ficam angustiados. Neste contexto, o psicopedagogo pode contribuir promovendo a autonomia, colaborando na busca pelo conhecimento e modificando práticas excludentes.

O trabalho desenvolvido pelo psicopedagogo nas instituições inclusivas precisará considerar tudo o que faz parte da história de vida deste aluno, representados por sua família, pela escola e, inclusive pelo social como todo. Deverá buscar as informações necessárias para o desenvolvimento da mesma.

> Consideramos que um dos maiores desafios que se apresentam ao psicopedagogo é proporcionar à família, à escola e ao aluno informações amplas de tudo o que coletou, sem enganos nem dissimulações, mas ao mesmo tempo, ser capaz de conseguir que a pessoa que receba essas informações não se sinta culpada ou atacada, mas perceba saídas possíveis e veja mais vantagens na mudança do que em permanecer na mesma situação. (VILANA, 2008, p. 80)

O trabalho em parceria entre psicopedagogo, comunidade escolar e família possibilitará a oportunidade de modificar sua percepção em relação à criança, voltando seu olhar para as potencialidades das mesmas e não para as limitações impostas pela deficiência. Todos os responsáveis pela sua aprendizagem poderão rever suas atitudes e a maneira com que se relacionam. Esta parceria estabelecida entre psicopedagogo, profissionais e pais implica em um respeito mútuo, que se baseia na troca de

experiências, através do compartilhamento de informações e, até mesmo de sentimentos.

O contexto onde os alunos com deficiência estão inseridos, é o mesmo contexto de todos, com suas convergências, contradições, dificuldades e alegrias, tornando-se irrelevante segregá-las, ou então protegê-las ao modo de reforçar (in)consequentemente suas limitações (BEYER, 2006). A prática psicopedagógica neste contexto possibilita a convivência, a inclusão social, a aceitação do outro, o respeito as diferenças, a diversidade a fim de romper com o paradigma de exclusão e de segregação.

De acordo com Sanchez (2005) a educação inclusiva é um meio de construir escolas para todos no século XXI, e destaca os quatro pilares básicos em que se deve centrar a educação ao longo da vida de uma pessoa apontados pela Comissão Internacional, sobre a Educação para o Século XXI:

> Aprender a conhecer: consiste em adquirir os instrumentos que se requer para a compreensão do que nos cerca. Para isto, deve-se combinar o conhecimento de uma cultura suficientemente ampla, com algo mais objetivo, concreto referido a uma determinada matéria. Isto supõe aprender a aprender, exercitando a atenção, a memória e o pensamento, aproveitando as possibilidades que a educação oferece ao longo da vida, posto que o processo de aquisição do conhecimento está sempre aberto e pode nutrir-se de novas experiências. Aprender a fazer: está diretamente ligado a aprender a conhecer e se refere à possibilidade de influir sobre o próprio meio. Este princípio pretende que o aluno tenha a possibilidade de desenvolver sua capacidade de comunicar-se e trabalhar com os mais, afrontando e solucionando os conflitos que possam ser apresentados a ele. Aprender a viver juntos: trata-se de uns dos princípios objetivos da educação contemporânea, já que supõe participar e cooperar com os demais em todas as atividades humanas. Assim, luta contra a exclusão por meio de traçados que favorecem o contato e a comunicação entre os membros de grupos diferentes, em contextos de igualdade, por meio do descobrimento gradual do outro e do desenvolvimento de projetos de trabalho em comum. Aprender a ser: implica dotar a cada pessoa de meios e pontos de referência intelectuais permanentes, que lhe permitam compreender o mundo que a cerca e a comportar-se como um elemento responsável e justo. Quer dizer, conferir, a cada ser humano, liberdade de pensamento, de juízo, de sentimentos e de imaginação. (UNESCO, 1996, p. 10-11)

Estas considerações servem de base para a atuação de todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem dos alunos sejam eles com deficiência ou não, a fim de propiciar-lhes melhores condições de desenvolvimento acadêmico e pessoal.

4. Considerações finais

A prática educacional necessita de uma mudança que considere a diversidade e as diferentes formas de aprender, observando as potencialidades e não as dificuldades, na qual a integração dê lugar à inclusão e todos tenham acesso, permanência e principalmente equidade no contexto educacional, aí a psicopedagogia institucional encontra terreno fértil para a sua atuação.

De acordo com os estudos propostos observa-se que a atuação do psicopedagogo no processo inclusivo, assim como a própria é um campo em construção, partindo da difusão de propostas inclusivas no cenário educacional nacional.

A psicopedagogia institucional atua não apenas no diagnóstico ou investigação, mas na prevenção, com a formação dos docentes, a parceria entre todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem, independentemente de o aluno ter deficiência ou não.

Desta forma, a psicopedagogia auxilia a prática pedagógica da sala de aula, colaborando com o educador no resgate do humano, sempre em consonância com o seu compromisso com o saber. Contribui ainda com o educador para que compreenda seu próprio processo de aprendizagem para assim atuar de forma significativa com os alunos. O psicopedagogo institucional tem importante papel na efetivação da inclusão escolar, colaborando com toda a equipe pedagógica em prol do processo de ensino aprendizagem e do envolvimento de todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA JÚNIOR, C. B. O psicopedagogo na educação especial. In: *Estação Científica*, Macapá, v. 2, n. 1, p. 01-10, jan./jun., 2012.

BEYER, H. O. *Inclusão e avaliação na escola*: de alunos com necessidades educacionais especiais. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BOSSA, N. A. *A psicopedagogia no Brasil*: contribuições a partir da prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BOSSA, N. A. *Dificuldades de aprendizagem*: o que são? Como tratá-las? São Paulo: Artmed, 2000.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96*. Brasília, DF: Senado, 1996.

CARVALHO, R. E. *Educação inclusiva com os pingos nos is*. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GRASSI, T. M. *Psicopedagogia*: um olhar, uma escuta. Curitiba: Ibpex, 2009.

LOMONICO, C. F. *Psicopedagogia*: teoria e prática. 1. ed. São Paulo: EDICON, 1992.

MACHADO, R. Educação inclusiva: revisar e refazer a cultura escolar. In: MANTOAN, M. T. E. (Org.). *O desafio das diferenças nas escolas*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MANTOAN, M. T. E. *O desafio das diferenças nas escolas*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARTINS, B.A. Contribuições da psicopedagogia institucional à inclusão da criança com deficiência na escola regular. In: *VII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em educação especial*. Londrina, 2011. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/ congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2011/FORMACAO/192-2011.pdf .Acesso: 25 out. 2018.

MASINI, E. F. S. *Psicopedagogia na escola*: buscando condições para aprendizagem significativa. São Paulo: Loyola, 1999.

MAZZOTTA, M. J. da S. *Pressupostos teóricos e filosóficos da educação de alunos com necessidades educacionais especiais*. Palestra proferida no I Seminário sobre a Educação Inclusiva no Distrito Federal. Brasília, 1998.

PLAISANCE, É. Denominações da infância: do anormal ao deficiente. In: *Educação e Sociedade*, v. 26, n. 91, p. 405-417, 2005.

PRIETO, R. G. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: ARANTES, V. A. *Inclusão escolar*: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

RIBEIRO, A. L. B.PEREIRA, A. L. F. GOBETI, L. C. ANDRÉ, B. P. Dificuldades de Aprendizagem e a inserção da psicologia na inserção escolar. In: *V CEDUCE*, Niterói-RJ, 2018. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/ceduce/trabalhos/ TRABA-

LHO_EV111_MD1_SA10_ID1189_03062018194511.pdf> Acesso: 24 fev. 2019

RUBINSTEIN, E. R. *O estilo de aprendizagem e a queixa escolar*: entre o saber e o conhecer. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

SANCHES, I.; TEODORO, A. *Da integração à inclusão escolar*: cruzando perspectivas e conceitos. Revista Lusófona de Educação, 8, 63-83. 2006.

SASSAKI, R. K. *Acessibilidade*: Uma chave para a inclusão social. 2004. Disponível em: <http://www.lainsignia.org/2004/junio/soc_003.htm>. Acesso em: 05 out. 2018.

SASSAKI,R.K. Entrevista especial à Revista Integração. In: *Revista Integração*. MEC: Brasília,v.8, n. 20, p.09-17, 1998.

SASSAKI, R. K. *Inclusão*: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SCOZ, B. *Psicopedagogia e realidade escolar*: o problema escolar e de aprendizagem. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1994.

STAINBACK, S. STAINBACK, W. *Inclusão*: um guia para educadores. Trad. de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

UNESCO. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre as necessidades educativas especiais*. Brasília: CORDE, 1994.

VILANA, R. *A entrevista com os pais, os professores e os alunos*. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 65-80.

VISCA, J. *Clínica psicopedagógica*: Epistemologia Convergente. Porto Alegre: Artes médicas, 1987.